

Rui Manuel Pinto Costa*

Relações Externas Luso-Germânicas: 1916 e o despertar de um conflito latente**

R E S U M O

As particularidades da história contemporânea portuguesa no período subsequente à implantação da República em Portugal, condicionaram de modo directo o seu relacionamento externo com o mundo, e em particular com a Europa. Como se verá no decorrer deste ensaio, a entrada de Portugal na Primeira Grande Guerra e o relacionamento com a Alemanha surgem indissolúveis. A análise desta questão foi, contudo, propositadamente reduzida aos pontos particulares das relações externas luso-germânicas em 1916, tentando, sempre que tal se justifique, contextualizá-las na conjuntura político-militar da época (1916), sem perder o fio condutor dos acontecimentos numa linha evolutiva que antecede esse período.

1. PORTUGAL E A ALEMANHA: A CORRIDA AFRICANA

Para melhor compreender as raízes do relacionamento luso-germânico, devemos mergulhar em antecedentes que remontam ao séc. XIX, nomeadamente à “corrida africana” da 2ª metade desse século. Foi a partir de então que as potências europeias passaram a manifestar uma viva apetência pelos territórios coloniais.

Apoderou-se dos governos europeus a febre do imperialismo, de cujo alcance apenas os monarcas e os políticos tinham consciência.

A preocupação primordial da política colonial era a obtenção de matérias-primas e mercados de exportação, que permitiam suportar uma industrialização europeia crescente. Neste contexto, os problemas económicos e os interesses capitalistas dominam a política. Cada país pretendia aumentar as suas exportações e alargar os seus mercados, o que provoca o grande surto de imperialismo económico e colonial de final do século, com vista à obtenção de “zonas de influência”. Por seu turno, a internacionalização do comércio levou a uma desenfreada concorrência: a conquista de novos mercados tornava-se imperiosa. As indústrias nacionais sentem-se obrigadas a pedir ao Estado uma política de alargamento da expansão colonial, que em muitos casos acabaria por constituir a sobrevivência da capacidade concorrencial e industrial das nações europeias.

* Aluno do 4º ano da licenciatura em História, ramo científico.

** O presente artigo tem por base um trabalho mais extenso realizado no âmbito da disciplina de História das Relações Internacionais, orientado pelo Prof. Dr. Jorge Ribeiro e cuja supervisão desde já gostaria de agradecer.

Inicia-se assim, a denominada “corrida” das grandes potências para o completo domínio do mundo, e é deste modo que a cobiça das mesmas acaba por convergir (no último quartel do séc. XIX) para o continente negro.

1.1. A Conferência Internacional Africana (Conferência de Berlim)

Entre as várias nações europeias viradas para as potencialidades africanas encontravam-se Portugal e a Alemanha. Portugal possuía áreas ultramarinas na África, das quais reclamava direitos históricos. A situação alemã era diferente. A Alemanha vira-se obrigada a interessar-se por uma política de expansão no continente africano, mercê das pressões internas motivadas pelo forte período de industrialização que atravessava, onde os interesses económicos e capitalistas norteavam uma política de pendor imperialista. Recém convertida ao imperativo colonial, dava um grande impulso à “Weltpolitik”, com a chegada ao poder de Guilherme II e do Chanceler Bülow. A Alemanha, começa então a dar forma a um conjunto de colónias com vista à organização de um império além-Europa¹.

Alguns funcionários e comerciantes haviam fundado a Sociedade Alemã do Sudoeste Africano em 1883, que fora estabelecer-se na vizinhança da República do Transvaal; e em 1884, o explorador alemão Nachtigal fundou um posto nos Camarões. Ainda em 1884, é criado o “Deutsche Ostafrika Gesellschaft”, (no Sudão) que lançou as bases da colónia alemã do leste africano, situada a norte de Moçambique.² Para Portugal, o seu império colonial (sobretudo as possessões em África), quer pelo seu peso económico, quer pelo seu valor simbólico, transformaram-se (principalmente após a independência do Brasil em 1820) numa autêntica questão de “sobrevivência”. É certo que Portugal se debatia com dificuldades de ordem orçamental para incrementar o povoamento, estender os meios de defesa, valorizar a agricultura e sanar as dificuldades das províncias ultramarinas. Foram sobretudo a falta de recursos humanos e técnicos, que levariam a Alemanha, entre outras potências europeias, a cogitar a divisão das colónias portuguesas³. Portugal vê-se então obrigado a defrontar, em conjunto, todas as grandes potências europeias interessadas em África, na Conferência Internacional Africana (convocada por Bismarck e realizada em Berlim) que se prolongou de 15 de Novembro de 1884 a “... 26 de Fevereiro de 1885, dia em que foi assinado o seu Acto Geral composto de 4 declarações, 2 actos de navegação, 7 capítulos e 38 artigos”⁴.

¹ KAGAN, 1995: 155 - 165.

² CASTRO, 1990: 276.

³ SERRÃO, 1989: 346.

⁴ CASTRO, 1990: 286.

Nela participaram representantes de 14 países⁵, entre os quais a Alemanha e Portugal⁶.

Nesta conferência foram definidas as condições em que se processaria o domínio do continente africano. Definiu-se a partir daí um novo conceito de direito colonial, baseado na ocupação efectiva dos territórios africanos, o que acabava por anular os direitos históricos tradicionais, sobretudo dos portugueses, que se traduziam na prioridade da descoberta.

Para Portugal, a principal consequência da Conferência de Berlim foi a substituição do princípio da prioridade da descoberta e da ocupação momentânea (ou intermitente) de territórios em África, pelo princípio da ocupação efectiva. Apesar de a conferência se ter absterido de tratar das "antigas ocupações", ficou aberto um vasto e potencial campo para discórdias, uma vez que no Capítulo VI apenas se especificaram as medidas a tomar para serem reconhecidas "novas ocupações" da faixa costeira do continente africano. Ficaram excluídos os territórios do interior⁷.

Acontece que os territórios coloniais alemães na África Austral, (o Sudoeste Africano e a chamada África Oriental Alemã) confinavam geograficamente com as colónias portuguesas, ao sul de Angola e ao norte de Moçambique. Não é pois de estranhar, que na sua política de expansão colonial, as colónias portuguesas fossem um objectivo natural e teoricamente alcançável aos olhos da Alemanha.

1.2. Pretensões alemãs em África

Contudo, foi na Alemanha que Portugal encontrou apoio quando pretendeu expandir as suas possessões africanas: em 1886, Portugal celebra um convénio com a Alemanha, onde era delimitado o território reivindicado por Portugal, colorido a rosa numa carta geográfica (mapa cor-de-rosa) e onde se reconheciam os direitos portugueses a essa região desde que não fossem contestados por uma terceira potência estrangeira⁸.

Em Dezembro de 1889, o ministro Barros Gomes, retomando um projecto antigo, trabalhava para conseguir unir as fronteiras oriental de Angola à ocidental de Moçambique, confiado na boa vontade da Alemanha, a troco de várias cedências territoriais entre as quais a de Cabo Frio. Contudo, a Inglaterra (com interesses particulares na região), opôs-se firmemente a esta pretensão portuguesa, fazendo um *ultimatum* a 11 de

⁵ O Império Austro-Húngaro, Russo e Otomano, a Alemanha, a Bélgica, a Dinamarca, a Espanha, os Estados Unidos da América do Norte, a França, a Grã-Bretanha, a Itália, os Países Baixos, Portugal, e o Reino da Suécia e Noruega. In CASTRO, 1990: 287.

⁶ A delegação portuguesa encontrava-se constituída pelo Ministro em Berlim, marquês de Penafiel; conselheiro António de Serpa Pimentel, antigo ministro e par do reino; Luciano Cordeiro, secretário perpétuo da Sociedade de Geografia; Carlos Roma do Bocage; conde de Penafiel e conde de S. Mamede, adidos à Legação de Portugal em Berlim. In CASTRO, 1990: 287.

⁷ CASTRO, 1990: 293. Menos de 5 anos depois, o conflito anglo-português e o "Ultimatum" demonstraram como a obra da conferência ficara incompleta.

⁸ RODRIGUES, 1994: 229.

Janeiro de 1890 em resposta à tentativa de Portugal para ocupar as regiões compreendidas entre Angola e Moçambique⁹.

Novos tratados Luso-Britânicos são então assinados a 20 de Agosto desse mesmo ano (1890), bem como a 28 de Maio de 1891, (que substituíu o anterior) ambos lesivos dos interesses nacionais em África¹⁰. Já por essas alturas, certamente os Governos Inglês e Alemão negociavam em segredo o protocolo de 17 de Junho de 1890, posteriormente transformado no tratado de 1 de Julho, que regulou as relações anglo-germânicas na África Oriental.

Por este tratado, a Alemanha reconheceu o protectorado inglês sobre Zanzibar, renunciou às suas pretensões sobre o Uganda e aceitou as condições colocadas pela Inglaterra quanto ao domínio alemão no Sudoeste Africano. A Inglaterra restituiu à Alemanha a ilha de Helgoland e autorizava que estendesse o seu território na África Oriental até às margens dos lagos Tanganhica e Vitória. O *Morning Post*, de 20 de Outubro de 1894, apreciando a situação de Moçambique, escrevia: *"Portugal mantém dificilmente a ordem nas regiões africanas: pois bem, ceda Moçambique à Alemanha e a margem sul do Zambeze à Inglaterra"*.

A cobiça pelas colónias portuguesas era crescente, e a própria Alemanha não escondia, aliás, a sua política de expansão. Em 1898, uma revista colonial alemã defendia de maneira explícita: *"Nós devemos conquistar novos territórios fora da Europa, sempre que a ocasião se apresentar, sem renunciar a nada, mau grado os esforços das nações menos poderosas, como Portugal ou Espanha, para conservar as suas colónias."*¹¹

Não demorou muito para que a Alemanha concertasse esforços diplomáticos com a Inglaterra, no sentido de se apoderar das colónias portuguesas. Em 1898, revela a sua apetência pelas últimas, ao propor à Grã-Bretanha um tratado que visava o desmembramento do império colonial português em favor do Império Alemão e da Grã-Bretanha.

Findas as complexas negociações, a 30 de Agosto de 1898, Balfour assina com o embaixador alemão Paul Hatzfeld, em Londres, duas convenções, uma delas secreta, (e uma nota igualmente secreta), que constituíam no seu âmago o modo como decorreria a partilha das colónias portuguesas¹². Previa esse tratado, em cláusula secreta, a divisão das possessões portuguesas ao sul do Equador (leiam-se, os vastos territórios de Angola e Moçambique).

À Alemanha corresponderiam as regiões ao norte do Zambeze, o sul de Angola e Timor, ficando os ingleses com o domínio da baía da Lagoa e parte norte de Angola¹³.

⁹ Com a reivindicação das áreas delimitadas no mapa cor-de-rosa, Portugal dava corpo a um projecto consagrado pela Regeneração, que consistia em fundar a África Meridional Portuguesa, da costa atlântica à contracosta. In RODRIGUES, 1994: 235.

¹⁰ RODRIGUES, 1994: 235- 238.

¹¹ Citado por TEIXEIRA, 1996: 116.

¹² ALMADA, 1946: 31 - 51

¹³ RODRIGUES, 1994: 246.

A partir deste momento torna-se claro para Portugal o forte interesse que a Alemanha nutria pelos territórios coloniais portugueses, deixando antever a dificuldade que Portugal teria na manutenção dos mesmos em caso de conflito.

A diplomacia lusa apenas podia recorrer à sua “velha” e tradicional aliada Inglesa (potência incontestada), no sentido de coarctar estas pretensões, o que acaba por conseguir pelo Tratado de Windsor, no ano seguinte¹⁴. Nele são reafirmados os anteriores tratados de amizade entre os dois países, e é garantida a integridade dos domínios portugueses, bem como é inviabilizado o tratado anglo-alemão do ano anterior. Posteriormente, em 1904, novo tratado é firmado entre ambas nações.¹⁵ Aliás, Portugal recebe em Dezembro de 1904 a visita da rainha Alexandra da Inglaterra; e em 1905 a visita do próprio imperador Guilherme II¹⁶ da Alemanha.

Guilherme II chega a Lisboa em Março de 1905, e apesar da visita ter decorrido com cordialidade, foi marcada por alguns incidentes protocolares, relevantes do ponto de vista diplomático¹⁷. Contudo, nada de novo surgiu no relacionamento luso-germânico, e é o apelo provocado pelas colónias portuguesas em África que continuará a motivar os esforços da diplomacia portuguesa. Dois anos após a implantação da República em Portugal¹⁸, a 7 de Fevereiro de 1912, são desmentidos em Londres, por nota oficiosa, os primeiros rumores surgidos na imprensa internacional de que a Inglaterra e a Alemanha haviam chegado a acordo acerca da partilha das colónias portuguesas de África, e alguns dias mais tarde esses boatos atingiram também as próprias delegações portuguesas, segundo os quais Portugal estaria a realizar tratados que poriam em risco as suas próprias colónias¹⁹.

¹⁴ O tratado de Windsor entre Portugal e a Inglaterra foi realizado a 14 de Outubro de 1899. In RODRIGUES, 1994: 247.

¹⁵ Em 16 de Novembro, por ocasião da visita de D. Carlos a Eduardo VII de Inglaterra, é assinado o tratado de arbitragem que é conhecido por Segundo Tratado de Windsor. In RODRIGUES, 1994: 253.

¹⁶ O programa protocolar da visita de Guilherme II encontra-se no A.M.N.E.- *Documentos relativos a Visitas de Soberanos e outros Nobres, Presidentes e Outras Individualidades. 1896/1930*. 3º piso, armário 11, maço 410.

¹⁷ Entre outros incidentes protocolares ressalva-se o episódio ocorrido na Sociedade de Geografia de Lisboa: no discurso proferido, onde referiu a importância pioneira e civilizacional dos descobrimentos portugueses, Guilherme II afirmou que os portugueses haviam aprendido a arte de marear com Martinho da Boémia. Noutra ocasião anunciou uma visita ao chefe do governo, que posteriormente foi desmentida e o encontro não se chegou a concretizar. In *Ilustração Portuguesa*, nº 73, 74 e 75, de 27 de Março, 3 e 10 de Abril de 1905.

¹⁸ Ocorrida a 5 de Outubro de 1910. O reconhecimento da República pelas potências estrangeiras, nomeadamente europeias, foi a primeira preocupação internacional dos responsáveis do regime instalado em 1910, ameaçado de isolamento numa Europa predominantemente monárquica e imperial. Para alcançar esse objectivo de reconhecimento internacional, Manuel Teixeira Gomes foi enviado para Londres, Sidónio Pais para Berlim e João Chagas para Paris, como enviados extraordinários e ministros plenipotenciários. Bernardino Machado era ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório que se manteve em funções entre 5 de Outubro de 1910 e 3 de Setembro de 1911. O reconhecimento oficial do regime de Lisboa por Londres, apresentava-se assim como um passo incontornável para que um entendimento germânico-britânico não fosse consumado nas costas de Lisboa. Registe-se que o primeiro país europeu, com peso, a fazer o reconhecimento oficial de Lisboa, foi a França, a 25 de Agosto de 1911. À iniciativa francesa seguiram-se (em 11 de Setembro de 1911) as da Grã-Bretanha, Espanha, Itália, Alemanha e Austria-Hungria. A tomada de posição das diferentes potências pode encontrar-se no A.M.N.E. — *Documentos relativos ao Reconhecimento da República Portuguesa*. 3º piso, armário 3, maço 13.

¹⁹ RODRIGUES, 1994: 271.

Esses rumores foram, contudo, apressadamente desmentidos: a 15 de Abril, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto de Vasconcellos, apresentou-se ao Parlamento para desmentir, com o assentimento dos Governos de Londres e Berlim, a existência de negociações sobre as colónias portuguesas.

Dizia o próprio: "*Posso responder, com grande satisfação, que o Governo da República sabe que não existe tratado algum entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império da Alemanha, que contenha seja o que for de natureza a ameaçar a independência, a integridade ou os interesses de Portugal ou de uma qualquer parte dos seus territórios. Faço esta declaração com o assentimento dos gabinetes de Londres e Berlim*"²⁰.

Tratado entre as duas potências não o havia decerto, o que não exclui a intenção de ambas de se apoderarem de todo ou de parte das duas províncias. Estes boatos propagados pela imprensa internacional alarmavam muitos observadores, e com razão. Certo é que, em 1912, o príncipe Carlos Max Lichnowsky foi enviado a Londres, em missão diplomática de Guilherme II, para negociar um acordo para a partilha, entre as duas nações, de várias possessões portuguesas em África²¹.

Ante a afirmativa e boa aceitação da proposta alemã, é desenvolvido no ano seguinte (e de modo secreto) um novo projecto de partilha das colónias portuguesas. Apesar do secretismo que envolvia as negociações, estas acabaram por ser conhecidas do ministro Teixeira Gomes, a 21 de Fevereiro de 1913. A Alemanha e a Inglaterra encontravam-se em negociações com vista à renovação do tratado firmado em 1898, mas uma vez que constituíam negociações secretas, recusaram-se a trazer para o domínio público o texto dessas mesmas negociações²².

Este novo acordo foi rubricado a 13 de Agosto de 1913, para posterior assinatura e ratificação. Seria rubricado em 20 de Outubro de 1913 apenas pela Alemanha²³.

Tudo fazia prever a dissolução e partilha dos territórios coloniais portugueses: a ameaça era séria e tornava-se cada vez mais presente. Os embaixadores portugueses, sobretudo em Londres e Berlim, viram-se a braços com várias campanhas de imprensa contra o regime português, com inegáveis impactos políticos nas chancelarias. Teixeira Gomes chegou a sugerir ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, já em pleno ano de 1913, a publicação de artigos e anúncios pagos em defesa da política colonial da República. Idêntica preocupação foi a de Sidónio Pais em Berlim, perante a campanha lançada contra Lisboa no *National Zeitung*²⁴.

Confirmava-se novamente o que em Portugal se temia: eram indiscutivelmente graves as pretensões alemãs sobre os territórios coloniais portugueses, o que, aliado à condescendência da velha aliada Inglesa, constituía uma ameaça real à soberania portuguesa das colónias.

²⁰ TEIXEIRA, 1996: 129.

²¹ SERRÃO, 1989: 348.

²² Ofício de Teixeira Gomes ao M. N. E., de 21 de Fevereiro, de 1913, in A.M.N.E. – *Documentos relativos ao Acordo Anglo-Alemão*. 3º piso, armário 12, maço 164.

²³ Rubricado por Lichnowsky, na qualidade de embaixador alemão em Londres. In TEIXEIRA, 1996: 130-131.

²⁴ ALBINO, Carlos - *Reconhecimento da República*. In *Diário de Notícias*. 5 de Outubro de 1998.

Vemos assim, (à guisa de conclusão), que o principal factor que condicionou todo o conjunto das relações externas entre Portugal e o Império Alemão teve como ponto base e fulcral a manutenção e segurança das colónias portuguesas no continente africano, pois é através delas que Portugal se cruza com a dinâmica da cena internacional, ou seja, onde se cruzam os interesses portugueses com os das grandes potências europeias, sobretudo as germânicas.

Nas próprias palavras de Severiano Teixeira: “...*para Portugal, a ameaça às suas colónias foi um facto que pesou decisivamente sobre o país e sem o qual não poderá compreender-se cabalmente, a entrada em guerra*”²⁵.

1.3. Nas vésperas da Guerra na Europa

É nos meandros da problemática anteriormente descrita que se encontram as relações luso-germânicas na véspera imediata da Primeira Guerra Mundial.

Contudo, as relações externas luso-germânicas incluem-se no seio das relações internacionais entre os países, não se esgotando apenas na diplomacia.

Em termos de comércio externo, e tendo em conta a balança comercial de 1913 (ano anterior à deflagração do conflito na Europa), cerca de 17,8% das importações nacionais eram provenientes da Alemanha, valor que representa pouco menos de 1/5 do total importado pelo país nesse ano. Refira-se ainda que esse valor havia crescido relativamente pouco desde 1890 (3,7%), altura em que Portugal efectuava 14,1% do total das suas importações do Império Alemão²⁶.

Em termos de exportação, de 1890 a 1913, Portugal incrementou em apenas 3,9% as suas exportações para a Alemanha, passando de 5,8% em 1890 para os 9,7%²⁷ em 1913. Assim, nas vésperas da guerra na Europa, apesar de a Alemanha representar para Portugal o 5º destino preferencial das nossas exportações, constituía por outro lado o 2º principal fornecedor em termos de importações, imediatamente a seguir à Grã-Bretanha. Como tal, constituía um parceiro importante e quase incontornável no comércio externo português.

Essa importância revela-se também na reforma da estrutura diplomática portuguesa em 1911. No que à Alemanha concerne, e em particular no que diz respeito aos consulados de carreira, o número de cônsules triplica em 1911²⁸. Por seu lado, em 1908 a Alemanha tinha em todo o Império português um total de 26 representações consulares²⁹.

²⁵ TEIXEIRA, 1996: 114.

²⁶ MIRANDA, 1991: 179.

²⁷ MIRANDA, 1991: 180.

²⁸ O número de consulados de carreira na Alemanha passa de 1 em 1908 para 3 em 1911. In MARQUES, 1991: 341 - 342.

²⁹ MARQUES, 1991: 350.

Isto, por si só, demonstra a vasta gama de interesses alemães presente no Império Português. Esse interesse encontra-se patente nas próprias palavras do barão de Bodman, indigitado como ministro plenipotenciário que chega a Portugal a 11 de Setembro de 1911³⁰, com o reconhecimento oficial da República Portuguesa por parte da Alemanha: *“Os vários e importantes interesses que comercial e economicamente unem de uma maneira cada vez mais intensa a minha pátria alemã e este belo país obrigam-me a empregar todos os esforços para estreitar e fomentar as cordiais e amigáveis relações que felizmente existem entre os dois países”*³¹.

Posteriormente, o novo representante alemão chegado a Lisboa em Agosto de 1912³², o Dr. Friedrich Von Rosen, reiterou de modo similar os desejos do seu antecessor, manifestando o seu propósito de *“...empregar todos os meios para manter e desenvolver essas relações e ligar ainda mais os laços de amizade cordial que existem...”*³³.

Apesar das palavras proferidas, a diplomacia portuguesa era sobejamente conhecedora das ambições e propósitos alemães. Contudo, mesmo após a deflagração da guerra no continente europeu, e apesar dos combates nas fronteiras coloniais luso-germânicas em 1914/15, nunca se deu qualquer ruptura ou interrupção de relações diplomáticas entre os dois estados. Essa ruptura (declaração formal de estado de guerra) dar-se-ia mais tarde, apenas em Março de 1916.

2. Portugal na Guerra

2.1. O espoletar da guerra na Europa e a posição Portuguesa

Não desejando aprofundar em demasia o caminho da Europa para a Primeira Grande Guerra, será suficiente fazer uma breve resenha histórica da sua deflagração, de modo a melhor contextualizar tanto a Alemanha como Portugal nesse conflito. Foi no período compreendido entre 28 de Junho e 4 de Agosto de 1919, que os maiores estados da Europa foram conduzidos para uma nova guerra. O assassinato do Arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono Austro-Húngaro, foi perpetrado na Sérvia, um país dos Balcãs sob protecção da Rússia. Como o império Austro-Húngaro exigiu uma resposta e ameaçou a Sérvia, a Rússia mobilizou o seu exército, contra a vontade dos alemães que receavam um ataque do leste. Mas a Alemanha não se atreveu a entrar em guerra sem primeiro destruir o poder da França, aliada da Rússia. Ao mesmo tempo que as tropas alemãs se encaminhavam para o Ocidente, a França mobiliza de igual modo o seu exército. O avanço alemão sobre a Bélgica (país neutral), leva à entrada da Inglaterra no conflito. Em seis semanas, o equilíbrio frágil do poder na Europa sustentado por uma estrutura

³⁰ *Ilustração Portuguesa* n.º 300, Lisboa, 20 de Novembro de 1911, p. 659

³¹ *O Occidente*, Vol. XXXIV, n.º 1184, Lisboa, 20 de Novembro de 1911, p. 250. Citado por SERRÃO, 1990: 67.

³² Nesse mesmo mês o Dr. Sidónio Pais foi nomeado como ministro plenipotenciário em Berlim, cargo em que permaneceu até à data da declaração de guerra. O mesmo sucedeu em Portugal com o barão Friedrich Van Rosen.

³³ *O Occidente*, Vol. XXXV, n.º 1212, Lisboa, 30 de Agosto de 1912, p. 186. Citado por SERRÃO, 1990: 67.

de alianças que reflectiam as rivalidades e os medos dos seus estados membros, viu-se alterado.³⁴

Sabendo-se, como se sabia, dos interesses alemães e ingleses pelas colónias portuguesas (vejam-se as conversações tidas em 1913 entre esses dois países), os responsáveis pela política portuguesa cedo se aperceberam da necessidade de Portugal se colocar ao lado dos Aliados, contra a Alemanha. Desta maneira, ao entrar no conflito ao lado dos prováveis vencedores (e o grosso da opinião pública não duvidava, pelo menos até 1916, que a vitória pertenceria aos Aliados) o perigo da perda das colónias seria eliminado³⁵. Por outro lado, havia a necessidade de garantir o desejado prestígio para a jovem República: Portugal almejava no pós guerra um lugar no concerto das nações e o reconhecimento internacional que desde a implantação da República tinha *de jure*, mas lhe faltava de facto³⁶.

Assim, ao mesmo tempo que o Governo português manifestava a sua disponibilidade para ajudar a sua aliada britânica, se e quando esta o necessitasse, até esse momento chegar Portugal permaneceria (como veremos adiante) em estado de neutralidade durante quase um ano e meio após o deflagrar da guerra em solo europeu.

2.2. O conflito colonial e a diplomacia

Pelo facto de os contingentes militares alemães nos territórios africanos serem superiores aos portugueses, cedo surgiu a necessidade de as defender das incursões alemãs.

Mal a guerra havia rebentado na Europa, logo no mês de Agosto de 1914 as forças alemãs atacaram o posto de Maziúá, na fronteira de Tanganhica, matando a pequena guarnição portuguesa. Por seu lado, no sul de Angola decorriam movimentações militares alemãs com vista a obter a supremacia na zona do Cunene³⁷.

Estes actos, tornaram, para muitos, a manutenção dos laços diplomáticos com o Imperio Alemão ofensiva ao brio nacional.

O Governo português trata então de organizar e enviar de imediato um contingente militar capaz de proporcionar a defesa considerada adequada aos *raids* fronteiriços³⁸. Escrevia assim Júlio Dantas, na Crónica da *Ilustração Portuguesa*: “*Em breves dias os dois corpos expedicionários seguirão para as Áfricas Portuguezas. Se a Inglaterra, nos precisos termos dos instrumentos diplomáticos, solicitar a intervenção armada de Portugal no conflito*

³⁴ Veja-se a este respeito os estudos de KAGAN, 1995: 89 - 263.

³⁵ Com respeito à evolução da posição do governo português face ao conflito, veja-se MARQUES, 1991: 709-712.

³⁶ Veja-se a este respeito TEIXEIRA, 1998: 55 - 69.

³⁷ Veja-se a obra de referência no que concerne às operações militares em Angola e Moçambique, COSTA, 1925.

³⁸ A 12 de Agosto de 1914 é decretada a organização de duas expedições militares, uma dirigida pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas, para assegurar a defesa do sul de Angola face à colónia alemã da Damaralândia, e a outra sob o comando do Tenente-Coronel Massano de Amorim, enviado para a região do Tungue, em Moçambique. In *Ilustração Portuguesa*, nº 446, Lisboa, 7 de Setembro de 1914, p. 307.

européu e se, conseqüentemente, a nossa atitude de actual expectativa (leia-se: de neutralidade) se converter n'uma posição definida de beligerantes, a fronteira norte de Moçambique e a fronteira sul de Angola, onde a ambição alemã espregueira d'aquem Rovuma e d'além Cunéne, encontrar-se-hão guarnecidas e defendidas"³⁹.

Após os graves incidentes com tropas alemãs no final do mês de Outubro, partem para Angola, no navio *Beira*, tropas de reforço a 5 de Novembro, comandadas pelo Capitão-Tenente Coriolano da Costa.⁴⁰ Desde os primeiros incidentes coloniais entre portugueses e alemães, que se despoletara um processo de protestos diplomáticos de Lisboa junto de Berlim. Com estes protestos, Portugal marcava uma posição firme e usava uma linguagem dura, pouco habitual na prática diplomática portuguesa.

Numa altura em que se adivinhava a entrada de Portugal no conflito europeu⁴¹, é em reunião extraordinária do Congresso realizada a 23 de Novembro que o governo é autorizado, por unanimidade, a participar na guerra ao lado da Inglaterra⁴². Contudo, esta autorização do Congresso da República tem um carácter incerto. O governo ficou autorizado a intervir militarmente ao lado da Inglaterra e dos seus aliados "... quando e como julgue necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação e aliada da Inglaterra"⁴³. Ao fim e ao cabo, constituía uma declaração de guerra *sine die* e sem definição de destinatários. Permitia assim, adaptá-la a quem, mas sobretudo a quando mais conviesse.

A 27 de Janeiro de 1915, Von Rosen enviava uma nota de protesto formal a Pimenta de Castro, contra aquilo que considerava uma violação da neutralidade, pelo facto do cônsul alemão em Luanda e o vice-cônsul em Benguela haverem sido compelidos pelo Governo-Geral de Angola a abandonar os seus postos diplomáticos, sem o aviso prévio ou consentimento do Governo Imperial alemão⁴⁴. Não tardará muito (3 dias) até que nova nota de protesto seja remetida, novamente, a Pimenta de Castro⁴⁵. Ao mesmo tempo que não são dadas explicações ao Ministro da Alemanha, em Fevereiro, o M. N.

³⁹ In *Ilustração Portuguesa* n.º 443, Lisboa, 31 de Agosto de 1914, p. 257.

⁴⁰ In *Ilustração Portuguesa* n.º 456, Lisboa, 16 de Novembro de 1914, p. 663. O reforço da guarnição em Angola efectuou-se em duas levas: a primeira em Novembro (2400 homens) e outra em Dezembro (mais 4300 militares). Para uma pormenorização destas exposições, veja-se a *Ilustração Portuguesa*, n.º 460 e 461, Lisboa, 14 e 21 de Dezembro de 1914.

⁴¹ Os exercícios das várias unidades militares em Portugal Continental multiplicavam-se, e a própria imprensa dava como certa a entrada de Portugal no conflito ao lado da Inglaterra: "Continuam os exercícios das nossas unidades militares, sobre as quaes deve incidir a escolha dos contingentes que hão de combater contra os alemães, onde se torne necessário para defender a pátria. (...) Os exercícios (...) são, no entender de abalizados críticos militares que os presenciaram, uma notável prova de que o auxílio que vamos prestar aos nossos aliados será devidamente apreciado por todos eles". In *Ilustração Portuguesa* n.º 457, Lisboa 23 de Novembro de 1914 pp. 668 e 669.

⁴² RODRIGUES, 1994: 278.

⁴³ MARTINEZ, 1992: 195.

⁴⁴ Nota de Von Rosen a Pimenta de Castro, de 27 de Janeiro de 1915, in *Documentos apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*, Lisboa, 1920, doc. 233, pp. 140 e 141.

⁴⁵ Relativo ao aprisionamento de cidadãos alemães quando viajavam num navio comercial português, quando este foi detido por um cruzador inglês. Ofício de Von Rosen a Pimenta de Castro, de 31 de Janeiro de 1915, in *Documentos apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*. Lisboa, 1920, doc. 226, pp. 143 e 144.

E. dá ordens à Legação portuguesa em Berlim para que se insista nas reclamações face ao ocorrido na província angolana⁴⁶.

Ao mesmo tempo que as violações da neutralidade por parte de Portugal aumentam, também os protestos de Von Rosen se avolumam, multiplicando os “*pedidos de explicações*” e protestos junto do M. N. E., que se prolongam por todo o mês de Abril: a 16 de Abril relativamente à captura de um navio alemão por um cruzador inglês, ao largo da costa moçambicana,⁴⁷ a 23 do mesmo mês são em número de três (!) os protestos que dão entrada no M.N.E: um relativamente à desigualdade de tratamento dado aos navios ingleses (reabastecidos rapidamente) face aos navios alemães (aos quais o reabastecimento é proibido), no arquipélago dos Açores. Outro, com relação à permanência de navios de guerra britânicos em Luanda para além do prazo legal permitido (24 horas) pelo direito internacional. E o último, relativamente ao corte dos cabos submarinos alemães (que permitiam as comunicações via telegráfica entre os Açores e New York) ao passo que os cabos ingleses permaneceram em funcionamento⁴⁸.

Entretanto, a guerra prosseguia em África: e novo corpo expedicionário seguiu para Angola nesse mesmo mês de Abril ao comando do General Pereira d’Eça,⁴⁹ (outro já havia seguido antes, em Fevereiro)⁵⁰ e em Outubro outra expedição parte para Lourenço Marques. Mas, perante tanta “*violação*” do direito internacional, porque razão o Governo Imperial não declara a guerra a Portugal?

Como vamos ver, apesar de todas as violações de neutralidade e dos próprios confrontos militares, que eram, no fundo, um verdadeiro estado de beligerância com Portugal, a Alemanha não viu nisso motivo suficiente para enviar uma declaração de guerra. Isto porque, apesar da sua inquestionável importância, as colónias constituíam territórios periféricos e secundários relativamente aos despiques da frente europeia. Certamente que a Alemanha tinha planos para as colónias, mas não num futuro próximo.

A este respeito, a imprensa internacional chegava a referir, inclusive, o modo como a Alemanha queria (abertamente) apossar-se de Angola. Em ofício enviado da Legação portuguesa na Bélgica ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, a 3 de Setembro de 1915, o cônsul Alves da Veiga chamava a atenção para um desses artigos, onde se descreviam as revelações feitas acerca dos procedimentos alemães nesse sentido: “...*On se représentait l’acquisition de l’Angola comme suit: Cela ne pouvait être qu’une question de temps pour*

⁴⁶ Telegrama de Rodrigues Monteiro a Bartolomeu, de 26 de Fevereiro de 1915, in *Documentos apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*. Lisboa, 1920, doc. 240, pp. 157 e 158.

⁴⁷ Nota de Von Rosen a Teófilo Trindade, de 16 de Abril de 1915, in *Documentos apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*. Lisboa, 1920, doc. 253, pp. 165 e 166.

⁴⁸ Notas de Von Rosen a Teófilo Trindade, de 23 de Abril de 1915, in *Documentos apresentados ao Congresso da Republica em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*. Lisboa, 1920, doc. 258,259 e 260, pp. 169 a 171.

⁴⁹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 479, Lisboa, 26 de Abril de 1915, p. 541.

⁵⁰ *Ilustração Portuguesa*, n.º 469, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1915, pp. 215 a 220.

que le Portugal, en proie aux révolutions, avec son manque d'argent perpétuel, accepterait des propositions allemandes d'après lesquelles une somme d'argent considérable serait offert pour l'octroi d'avantages économiques et le droit de colonisation. Quelques mois seulement avant la guerre, une expédition allemande est partie pour l'Angola du Sud, avec l'appui de hauts fonctionnaires portugais, pour chercher une ligne de communication entre réseaux de chemin de fer de l'Angola et l'Afrique sud-occidentale. Ces choses furent alors tenues secrète. ...”. Estes dados, trazidos a lume pela imprensa belga, constituem um novo elemento de apreciação relativamente à vontade alemã de subtrair a Portugal os seus territórios ultramarinos. Referia ainda o cronista belga no mesmo artigo “...L'Allemagne a besoin d'un empire colonial, tout est là. Les autre pays s'en sont taillé un en Afrique au prix du courage et du sang de leur soldats, de leurs missionnaires et de leurs commerçants. L'Allemagne le leur « achètera ». De quel droit de petits pays comme la Belgique et le Portugal garderaient-ils leurs colonies quand un grand pays comme l'Empire allemand en a besoin ?”⁵¹. Não se revê Portugal na mesma situação da Bélgica? A par desta guerra “oficialmente não declarada”, nas chancelarias os protestos cresciam bilateralmente. Por enquanto, a Alemanha limitava-se a protestar junto do M. N. E. português⁵² e da Legação portuguesa em Berlim. A atitude portuguesa de “neutralidade colaborante” com a aliada Inglaterra não só era bem conhecida dos alemães, como também era feita sem recurso a subterfúgios de secretismo. Von Rosen, ministro da Alemanha em Portugal, protestou por várias vezes e de forma contundente apesar de pouco eficaz⁵³. Em ofício dirigido ao M. N. E., a 18 de Agosto de 1915, referia de forma aberta e sem rodeios que “...é um facto publico que o Governo Portuguez auxilia os inimigos do Império Alemão com o fornecimento de armas e munições...”⁵⁴. Ainda no mesmo ofício refere o dito ministro estar bem informado relativamente a vários casos de compra de material de guerra proveniente principalmente do estrangeiro, mas fornecido também pelos próprios Estabelecimentos do Estado, com os quais a Inglaterra beneficiava abertamente⁵⁵. Referia-se em particular à recente chegada de um volumoso carregamento de cartuchos vindos da América, via Portugal, com destino à Inglaterra. E os protestos prosseguem nos meses seguintes. Só no dia 21 de Setembro de 1915 recebe o M. N. E. nada menos que dois protestos onde expõe de forma detalhada as violações do Governo Português no que concerne às facilidades

⁵¹ “Le XX^e Siècle”, n.º 286 de 25 de Agosto de 1915, in ofício de Alves da Veiga a Augusto Soares, de 3 de Setembro de 1915, in A.M.N.E. – *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3.º piso, armário 7, maço 14.

⁵² Vejam-se as notas de Von Rosen ao M. N. E.: B. 690 de 10 de Maio de 1915, e B. 816 de 9 de Junho do mesmo ano, in A.M.N.E. – *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3.º piso, armário 7, maço 34.

⁵³ In A.M.N.E. – *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3.º piso, armário 7, maços 35 e 36.

⁵⁴ Ofício n.º 1062 de Von Rosen a Augusto Soares de 18 de Agosto de 1915, in A.M.N.E. – *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3.º piso, armário 7, maço 35.

⁵⁵ Tratava-se de uma violação clara da Convenção de Haya: de facto, de acordo com o artigo 6.º da Convenção de Haya de 18 de Outubro de 1907 (que também foi firmado por Portugal e pela Alemanha) relativo aos direitos e obrigações dos países neutros em caso de guerra marítima, diz o dito artigo: “É prohibida a entrega, por qualquer título que seja, directa ou indirectamente por parte de uma potência neutra a uma potência beligerante, de vasos de guerra, de munições ou de qualquer material de guerra”.

concedidas em Moçambique ao trânsito e desembarque de tropas inglesas no mês de Agosto⁵⁶. Novamente Von Rosen se socorre da Convenção de Haya⁵⁷, para condenar estes factos e respeitosamente pedir as “*explicações*” devidas ao M. N. E. português. Estas atitudes portuguesas eram consentâneas com a situação (no mínimo estranha) de “*beligerância oficialmente não declarada*”. A resposta portuguesa tornava-se cada vez mais indiferente, e basta dizer que na 2ª nota dirigida ao M. N. E. no dia 21 de Setembro, Von Rosen já não precisa “*pedir explicações*” sobre as ocorrências a que se reporta, ficando-se apenas pelo protesto formal⁵⁸.

Também do lado português surgiam protestos junto da Legação Alemã. Nas indicações contidas nas notas enviadas pela Direcção Política à Legação de Portugal em Berlim relativamente ao afundamento (por submarinos alemães) dos navios *Douro*⁵⁹ e *Cysne*⁶⁰, referem que apesar de não possuírem ainda todas as provas do envolvimento alemão nos afundamentos “*A razão de queixa que nos assiste é tanta, porém, que os elementos que nos faltam não nos impedem de a evidenciar...*”. Em paralelo recomendam a Sidónio Pais “*...que mantivesse por escrito a nossa reclamação e dirijo a V. Ex^a o presente despacho para reiterar e desenvolver aquelas instruções.*”, indicando que apenas faltavam receber as indicações do Ministério da Marinha com vista à conclusão do processo⁶¹.

O Governo Alemão havia respondido (relativamente ao caso *Douro*) que não se julgava habilitado para deferir a reclamação portuguesa invocando falta de provas, ao

⁵⁶ A 5 de Agosto chegou à Beira (Moçambique) no vapor português “Manica” um transporte de tropas inglesas do “Kings African Rifles” composto de um capitão, alguns sargentos e aproximadamente 160 askaris. Também a 7 de Agosto, 25 soldados do “Second Rhodesian Contingent” chegaram ao mesmo porto. Ambos foram conduzidos a bordo do vapor “Dilwara” da “British India Seamship Co” que saiu da Beira a 9 de Agosto com destino a Mombassa. Também a Lourenço Marques chegou a 16 de Agosto o vapor “Galway Castle” da “Union Castle Line” com tropas inglesas com destino ao Nyassaland. Notas de Von Rosen ao M. N. E., de 21 de Setembro de 1915, in A.M.N.E. - *Documentos Relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3º piso, armário 7, maço 36.

⁵⁷ O artigo 2 da Convenção de Haya de 18 de Outubro de 1907 sobre direitos e obrigações das potências neutrais e dos indivíduos em caso de guerra, refere que é proibido aos beligerantes fazer passar tropas pelos territórios de uma potência neutral.

⁵⁸ Nota B.1172 de Von Rosen a Augusto Soares, 21 de Setembro de 1915, in A.M.N.E. - *Documentos Relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3º piso, armário 7, maço 36.

⁵⁹ O lugre Douro foi torpedeado e afundado por um submarino alemão a 9 de Abril de 1915. Provinha de Cardiff, com carga de carvão destinada à cidade do Porto, tripulado por nove marinheiros de Ilhavo. In *Ilustração Portuguesa*, nº 478, Lisboa, 19 de Abril de 1915.

⁶⁰ O vapor *Cysne*, navio mercante português, foi afundado por um navio alemão à entrada do Canal da Mancha, com prévio reconhecimento da nacionalidade, tendo-lhe sido apreendido os víveres e a tripulação intimada a passar para os botes. Veja-se a este respeito o ofício do M. N. E., à Legação de Portugal em Berna, de 1 de Junho de 1915, (com telegrama a ser transmitido à Legação de Portugal em Berlim), in A. M. N. E. - *Documentos Relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3º piso, armário 7, maço 29. Nesse documento pode-se ler o teor do protesto que seria feito junto das autoridades alemãs: “*Queira V. Ex^a. Protestar (nos) devidos termos contra facto que não tem justificação possível na permanência (das) relações diplomáticas fazendo (as) mais expressas reservas quanto (aos) danos causados...*” O Ministro dos Negócios Estrangeiros indicava também para se continuar com os protestos pelo afundamento do “*Douro*”: “*... remetterei também esclarecimentos para a reclamação por perda (do) lugre Douro em 3 de Abril. Sobre este caso pode V. Ex^a. Protestar também desde já...*” contra os processos de guerra alemães “*... innegavelmente ilegítimos.*”

⁶¹ A.M.N.E. - Livro de Registo de Despachos da Direcção Política para a Legação de Portugal em Berlim, Livro II, fls. 63 a 65.

que a resposta da Direcção Política não se fez esperar. Invocando que “...*Se o governo alemão não se julga habilitado a deferir a reclamação por lhe faltarem elementos de informação própria, também nós não podemos retirá-la só com motivo nessa lacuna...*”, indica-se à Legação em Berlim que use de todos os argumentos no sentido de “...*renovar o seu protesto contra a destruição do vapor “Cysne”. É indispensável consignar que a reclamação dos interessados não pode ser invalidada pelas razões invocadas na nota do Governo Imperial, nem prejudicada pelos prazos que forem necessários para se apresentarem, requerendo no tribunal de Hamburgo prazos que as demoras e extravios na correspondência dessa Legação, tornam cada vez maiores*”⁶². Assim, durante cerca de ano e meio, apesar dos combates nas colónias de Angola e Moçambique, bem como as várias ajudas aos aliados em material de guerra e em facilidades de toda a espécie, Portugal não só não cortou relações diplomáticas com a Alemanha, como se manteve num impasse de espera, pelo facto da Grã-Bretanha não se encontrar interessada na entrada directa de Portugal no teatro europeu. Receavam os britânicos que a falta de preparação portuguesa constituísse um fardo em vez de um apoio aos aliados⁶³. Desejava antes de mais uma “neutralidade colaborante”. E se bem que este fosse o motivo invocado em 1914 para impedir a beligerância de Portugal, o espraiar do conflito veio trazer problemas acrescidos à própria Inglaterra. Como se verá adiante, as dificuldades crescentes dos aliados na guerra da Europa teriam influência indirecta na entrada de Portugal nesse conflito.

2.3. A apreensão dos navios alemães

Sem nos demormos muito sobre os aspectos da guerra submarina, diremos apenas que na Primavera de 1915, os sucessos da guerra submarina alemã são de tal modo devastadores para a marinha mercante britânica, que se tornou urgente a substituição dos navios perdidos.⁶⁴

Sabendo que, desde os primeiros dias da guerra, haviam recolhido a portos portugueses 72 navios mercantes alemães⁶⁵, o almirantado britânico insiste com o Governo de Sua Majestade no sentido de solicitar a sua requisição ao Governo Português.

⁶²A.M.N.E. – Livro de Registo de Despachos da Direcção Política para a Legação de Portugal em Berlim, Livro II, fls. 63 a 65.

⁶³TEIXEIRA, 1996: 229.

⁶⁴ De modo a conseguir impor um bloqueio eficaz aos portos britânicos, em 4 de Fevereiro de 1915, o Kaiser proclamou que as águas em volta das ilhas britânicas eram consideradas “zona de guerra”, através das quais, todos os navios, neutros e ingleses viajavam numa zona de perigo, enviando submarinos para implementar essa declaração. A acção indiscriminada dos submarinos alterou completamente a natureza da guerra naval levando-a a afectar a pesca e o modo de vida dos estados neutros, entre os quais Portugal (veja-se o caso dos navios *Douro* e *Cysne*). Em 1915, os submarinos alemães afundavam, em média, em navios mercantes britânicos, cerca de 63400 toneladas de por mês. Veja-se, a respeito da guerra submarina, PIMLOTT, 1991: 38 - 41.

⁶⁵ Com a declaração de guerra em 1914, 743 navios alemães e Austro-Húngaros refugiaram-se em águas neutras. In FERRO, 1992: 167. Desses, 35 navios alemães surtos no porto de Lisboa, a que acrescem: 1 no Porto, 3 em Ponta Delgada, 3 na Horta, 1 em Setúbal, 4 no Funchal, 8 em S. Vicente de Cabo Verde, 3 em Luanda, 5 em Mormugão, 4 em Lourenço Marques, 2 na ilha de Moçambique e 1 na Beira. Dois navios Austro-Húngaros, 1 em Lisboa e outro em Mormugão. In MARQUES, 1991: 713.

O Governo de Londres, receoso de que um tal pedido reforçasse os desejos de beligerância anteriormente expressos pelas autoridades portuguesas, nega-se a dar andamento ao pedido. Contudo, ao aproximar-se o final de 1915 a situação parece ser de tal modo crítica⁶⁶, que o Governo britânico avançou mesmo no começo de 1916 para o pedido de requisição das dezenas de navios mercantes⁶⁷ alemães que se haviam refugiado em portos do continente, ilhas e ultramar desde o início das hostilidades.

Devido à guerra, Portugal debatia-se de igual maneira com a necessidade imediata de vários desses navios para o seu próprio comércio internacional, desorganizado e penalizado com o desenrolar do conflito.⁶⁸ O pedido britânico foi formalmente feito a 30 de Dezembro de 1915.⁶⁹

Como resultado desse pedido (urgente, diga-se de passagem), foi aprovado em Fevereiro de 1916 pelo Congresso da República um projecto de lei, conferindo poderes ao governo para requisitar todos os meios de transporte existentes em território português.⁷⁰ A 23 desse mês, e sem qualquer aviso prévio, militares da marinha, em cumprimento do dito decreto, ocupam os navios alemães.⁷¹

Esta acção, mediatizada na imprensa nacional (e estrangeira) foi acolhida com agrado pela generalidade da população. Relatava a *Ilustração Portuguesa*: “Este belo gesto administrativo do Governo foi acolhido com todo o entusiasmo no paiz e louvado com aplauso pela imprensa estrangeira, ...”. Justificava ainda esta requisição com a posição oficial do Governo, que “...com o fim de acudir ao encarecimento das substâncias causadas pela falta de transportes marítimos, requisitou os navios alemães surtos no Tejo desde o começo da

⁶⁶ O alongamento do conflito europeu começou a “cobrar a sua dívida”, mesmo a países tão poderosos economicamente como a Inglaterra. As estratégias militares encontraram dificuldades em responder ao sistema de trincheiras, e nos campos de batalha da frente Ocidental as perdas em homens e material tornavam-se brutais. Uma tentativa de ingleses e franceses de ajudar os seus aliados nos Balcãs, (ao fazer estacionar em Salónica uma força expedicionária), não deu o resultado que esperavam. Simplesmente fez desperdiçar os recursos que faltavam desesperadamente na frente Oeste. Veja-se a este respeito PIMLOTT, 1991:15 - 19, e ainda KEEGAN, 1987: 171, relativamente ao estado do exercito britânico, e dos transportes nos finais de 1915. Refere este autor: “... Durante muitos meses, faltaram as espingardas e mesmo os uniformes, pelo que os batalhões dos camaradas não podiam aprender o officio de soldado... Muitas divisões só receberam espingardas em número suficiente para distribuir uma por cada homem poucas semanas depois de partirem para França, no Outono de 1915; e os equipamentos de artilharia, (...), ainda demoraram mais a chegar.”

⁶⁷ Não foi apenas a Portugal que a Grã-Bretanha pediu a requisição de navios para colmatar as faltas de tonelagem da sua marinha mercante; mais tarde, em 1917, fez igualmente pressão sobre o Sião, o Brasil, a Nicarágua, o Peru, etc., que intervieram nestas condições, permitindo aos Aliados a ultrapassagem da gravosa falta de navios mercantes. In FERRO, 1992:170.

⁶⁸ MARQUES, 1991: 713.

⁶⁹ RODRIGUES, 1994. 282.

⁷⁰ Decreto nº 2229, de 23 de Fevereiro de 1916, in *Diário do Governo*, de 24 de Fevereiro de 1916. Note-se o por menor da cobertura legal só ser publicada em *Diário do Governo* no dia seguinte à apreensão dos navios.

⁷¹ Veja-se a *Ilustração Portuguesa*, nº 524, Lisboa, 6 de Março de 1916, pp. 294 e 295. Contudo, os tripulantes de alguns dos navios apreendidos (*Roterdam, Girgente, Galata, Electra e Jafa*) lograram ainda avariar proposadamente os motores e “fazer desaparecer” peças várias, de modo a retardar a reutilização dos navios pelos seus novos proprietários. A este respeito veja-se a relação das declarações verbais feitas pelos capitães, engenheiros e maquinistas dos navios alemães referidos no officio do Ministro da Marinha ao M. N. E., de 29 de Março de 1916, in A.M.N.E. - *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3º piso, armário 7, maço 20.

guerra, a fim de os utilizar não só para exportarmos muitos géneros..., mas para nos trazer outros de que necessitamos.”⁷²

A exploração das carreiras dos vapores alemães requisitados foi de seguida confiada a uma comissão encarregada da gestão e uso dos navios, de acordo com as necessidades da República.⁷³

O Governo alemão foi avisado de imediato da apreensão dos navios, através das representações diplomáticas de Portugal na Alemanha⁷⁴, sendo Sidónio Pais (Ministro de Portugal em Berlim) incumbido de tal tarefa junto do Governo Imperial.

Após receber estas instruções, Sidónio Pais comunica ao Governo alemão as medidas tomadas mas pede autorização ao ministro Augusto Soares para vir a Lisboa, “... *para ir conferenciar com V. Ex^a. em vista da gravidade da situação*”. De facto, referia Sidónio Pais que o Secretário de Estado alemão considerava “... *o acto praticado como muito grave, sem precedentes na história e sem justificação, no direito internacional, com caracter não amigável, hostil ou quasi hostil ...*”. Não compreendia também quais os motivos que levaram o Governo português a apreender os navios, bastaria apenas ter negociado a sua compra ao Governo alemão. Sidónio Pais referia ainda nesse telegrama que o Secretário de Estado alemão não compreendia como, mal se tivesse publicado o decreto “... *ordenando a apreensão dos navios, se faça esta no mesmo dia.*” O próprio acto de se ter “... *arreatado a bandeira alemã e içado a bandeira portuguesa...*” representou uma grave ofensa à nação alemã. Sidónio Pais considerou a ruptura de relações inevitável, e, como consequência, o espoletar da guerra marítima contra os navios portugueses, caso o governo não reconsiderasse na medida adoptada.⁷⁵

Como tal, Sidónio Pais aconselha o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Soares (apesar de não ver nisso grandes esperanças de sucesso) a prestar esclarecimentos à Alemanha sobre os motivos urgentes que teriam levado à atitude assumida por Portugal. Sidónio chama ainda a atenção para o facto do Secretário de Estado Berlmer Tageblatt

⁷² *Ilustração Portuguesa*, nº 524, Lisboa 6 de Março de 1916, p. 294. Note-se que a imprensa estrangeira que aplaudiu este acto, foi (para além dos Aliados) apenas alguma imprensa espanhola. Noutros países europeus como Holanda, tal não sucedeu. Veja-se o telegrama de T. Valdez (Ministro de Portugal em Haia), a Augusto Soares, de 2 de Março de 1916, no qual se lê que a opinião pública holandesa “...*não se excitou nada com a requisição. (...) O que se espera é que (esta) questão se comporá caso navios não sejam para uso inimigos. Em vista d'isto minha impressão actual é menos pessimista que no primeiro momento...*” Não estava longe de crer que a Alemanha se acomodaria se a resposta portuguesa fosse moderada na forma de explicar o acto como necessidade do país cuja urgência não permitira uma conversa prévia. Telegrama de T. Valdez a Augusto Soares, de 2 de Março de 1916, in A.M.N.E. — *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Haia, 1916.*

⁷³ *Ilustração Portuguesa*, nº 524, Lisboa 6 de Março de 1916, p. 294. Mais tarde, essa comissão fretou à firma britânica Furness, 190.000 das 237.000 toneladas apresadas, a preços cerca de 10 vezes inferiores relativamente ao preço corrente. In MARTINEZ, 1992: 215.

⁷⁴ Veja-se telegrama R. 115 de Augusto Soares a Sidónio Pais, de 23 de Fevereiro de 1916: “*Governo tomou decisão de requisitar navios allemães surtos (nos) portos portugueses em face (das) necessidades (do) paiz. Comunique facto a esse Governo com declaração de que foi publicado diploma legal regularizando situação (das) tripulações, indemnizações, etc. e que acto fosse se está efectuando*”. In A. M. N. E. — *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, Berlim, 1916.*

⁷⁵ Telegrama de Sidónio Pais a Augusto Soares, de 27 de Fevereiro de 1916, in A.M.N.E. — *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berlim, 1916.*

classificar a situação de “...*extremamente difícil*...”, garantindo poder vir a haver quebra de neutralidade no caso dos navios serem postos ao serviço da Inglaterra.

A atitude de Sidónio demonstra que mantinha a esperança de ser ainda possível evitar a entrada na guerra, ao mesmo tempo que alertava a M.N.E. para o importante facto de um “...*entendimento possível da Alemanha com a Espanha caso Portugal entre em guerra com a Alemanha*...” Do que não havia dúvidas é que “...*uma ruptura de relações será seguida de ordem imediata à marinha alemã para dar caça aos navios portugueses*...”⁷⁶

Apesar das apreensões de Sidónio, (que pediu ao governo português urgência na resposta e reiterou no dia seguinte a sua vontade de ir a Portugal para melhor informar e receber instruções)⁷⁷, o M.N.E. instruiu novamente o ministro em Berlim no sentido de informar o Governo Imperial de que esperava resposta, e ao mesmo tempo prevenir os cidadãos portugueses residentes na Alemanha para a hipótese de retirada do país.⁷⁸

Sem demoras, o veemente protesto de Von Rosen é entregue no M. N. E. a 27 de Fevereiro. Protestava o embaixador alemão contra “...*a singular quebra de direito que o Governo português cometeu contra o Império Alemão, apossando-se por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portugueses*...”⁷⁹, exigindo a revogação de tal acto e demandando explicações. E foi apenas 4 dias mais tarde, a 3 de Março de 1916, e em resposta à nota do barão Rosen, que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Soares dá a conhecer ao embaixador alemão o teor da comunicação que Sidónio Pais iria fazer ao Governo Imperial. Explica que durante mais de dezoito meses os navios alemães imobilizados nos portos nacionais gozavam da protecção das águas territoriais portuguesas. Nessas circunstâncias, tais navios eram considerados como abrangidos pelo princípio geral do “*domínio eminente*”, estando Portugal justificado a exercer em relação a eles o mesmo direito que exerce, em casos eventuais, sobre a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição, ou seja: Portugal tinha o direito de usar dessa propriedade (leia-se, os navios) sempre que as necessidades do país o exigissem. Como justificação, invocava o risco da paralisação do seu comércio marítimo devido à falta geral de transportes, sendo que a urgente necessidade de navios “...*legitimava amplamente as excepcionais medidas tomadas*”.⁸⁰ Como termo de comparação, Augusto Soares não deixa de referir a Von Rosen a sua surpresa ante o facto de a Alemanha não ter protestado contra o Governo italiano, quando este, invocando as mesmas razões de falta de tonelagem, requisitou os navios alemães abrigados nos portos desse dito país desde o estalar da guerra em 1914. Porque razão protestaria então contra Portugal?

⁷⁶ Telegrama de Sidónio Pais a Augusto Soares, de 27 de Fevereiro de 1916, in A.M.N.E. — *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berlim, 1916.*

⁷⁷ Telegrama R. 18 de Sidónio Pais a Augusto Soares, de 28 de Fevereiro de 1916, in A. M. N. E. — *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berlim, 1916.*

⁷⁸ Telegrama de Augusto Soares a Sidónio Pais, de 28 de Fevereiro de 1916, in A. M. N. E. — *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, Berlim, 1916.*

⁷⁹ MARTINEZ, 1992: 215.

⁸⁰ A.M.N.E. — Livro de Registo de Notas da Direcção Política para a Legação da Alemanha. Livro 47, p. 77 a 79.

O M.N.E. garantia então a Von Rosen que os proprietários dos navios requisitados “...receberão, em devido tempo, as indemnizações que lhe forem previamente asseguradas, e não podem, portanto, considerar-se como tendo sofrido qualquer prejuízo resultante da acção praticada pelo Governo da Republica.”⁸¹ Justifica ainda que a apreensão se fez ao abrigo da legislação em vigor (apressadamente aprovada nesse mesmo ano), mas também com o Tratado do Comércio e Navegação Luso-Alemão estabelecido em 1908.⁸² Augusto Soares termina o ofício dizendo: “*Por todas estas razões, o governo tendo exercido o direito que lhe assistia de prover as instantes necessidades da economia publica, não pode modificar o seu acto.*”⁸³ Leia-se com atenção esta última afirmação, pois ela revela o carácter de irrevogabilidade da apreensão, tratando-se de um facto consumado.

Entretanto, a 2 de Março de 1916, Sidónio Pais envia novo telegrama ao M. N. E. (via Haia), relatando que várias fontes (entre as quais uma idónea em Hamburgo), consideravam unanimemente que, para a resolução pacífica deste diferendo, bastaria que Portugal assegurasse que os navios não se destinavam a quaisquer inimigos da Alemanha. Referiam as ditas fontes que “...afastado este receio creio que proprietários dos navios não poriam embaraços.”⁸⁴ Tentava mais uma vez o Ministro de Portugal em Berlim aconselhar Augusto Soares no sentido de proporcionar uma resposta adequada às informações supracitadas, de modo a tentar, se ainda era possível, evitar o estado de guerra. Tal resposta do M. N. E. manteve o mesmo tom monocórdico, na linha da explicação dada ao Barão Rosen. Assim, a resposta do Governo português transmitida por Sidónio Pais ao Secretário de Estado alemão foi muito mal recebida. O dito secretário reprovou firmemente não apenas a questão dos direitos alemães sobre os navios, mas também a forma como a medida foi posta em execução, considerando “... inadmissível que não se tivesse prevenido (o) Governo alemão pois que a urgencia de que se trata não podia ser tão grande que se não pudessem adiar as medidas por alguns dias para a comunicar previamente ao Governo alemão.” Continuava Sidónio Pais explicando que, (como já foi referido anteriormente) “...a salva de vinte e um tiros à bandeira portuguesa içada nos navios ... representava uma ofensa...” e era contrário ao código marítimo. A resposta do Governo português era considerada insatisfatória, e o modo brusco como o Secretário de Estado havia terminado a conversa com o Embaixador português era sem dúvida premonitório: “...dizendo que breve responderia e que podia desde já comunicar que (a) resposta do Governo português era insuficiente e não podia ser satisfatória.”⁸⁵

⁸¹ A.M.N.E. – Livro de Registo de Notas da Direcção Política para a Legação da Alemanha. Livro 47, p. 78.

⁸² Tratado firmado a 30 de Novembro de 1908.

⁸³ A.M.N.E. – Livro de Registo de Notas da Direcção Política para a Legação da Alemanha. Livro 47, p. 79. (sublinhado nosso).

⁸⁴ Veja-se o telegrama R. 31 de T. Valdez a Augusto Soares, de 4 de Março de 1916, in A. M. N. E. - *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Haia, 1916.*

⁸⁵ Veja-se o telegrama R. 31 de T. Valdez a Augusto Soares, de 3 de Março de 1916, (transmitindo o telegrama nº 24 de Sidónio Pais a Augusto Soares), in A. M. N. E. - *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Haia, 1916.*

2.4. A declaração de guerra

A 5 de Março, Sidónio Pais, certo que o estado de guerra seria inevitável, questiona Augusto Soares sobre qual a Legação a que deveria entregar os interesses portugueses, na hipótese de ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha⁸⁶. Era este sem dúvida um sintoma evidente do fim da neutralidade portuguesa. Já no início de Março, Von Rosen previne os cidadãos alemães residentes em Lisboa, de modo a que se preparem para retirarem de Portugal com urgência. A 9 de Março, ao saber destas medidas do Embaixador alemão, e tendo conhecimento que a maioria desses cidadãos já haviam partido, Augusto Soares toma consciência da eminência de uma declaração de guerra, e comunica de imediato esses factos a Sidónio Pais. Augusto Soares é claro ao afirmar que “... *esperamos a todo momento*“(a) *declaração de guerra*”⁸⁷.

Também de Espanha, o Ministro de Portugal em Madrid comunicava (em telegrama confidencialíssimo) a Augusto Soares as reservas do Governo espanhol face à guerra iminente: “*Governo hespanhol comunica-me amigavelmente e sob maior reserva que julga que é inevitável vossa ruptura com Allemanha dentro de poucas horas*”. Refere ainda que o Governo espanhol “... *aceitaria com muito e com o maior interesse...*” encarregar-se dos interesses portugueses na Alemanha. Ao mesmo tempo, Vasconcelos congratula-se com a atitude “... *absolutamente amigável*” do Governo espanhol que, a dar-se o caso, procederia de imediato à substituição do seu embaixador na Alemanha por um novo embaixador, da total confiança do Governo e amigo pessoal do próprio Embaixador Vasconcelos.⁸⁸ Refere ainda Vasconcelos que o Embaixador de Inglaterra em Madrid apoiava calorosamente que fosse a Espanha e encarregar-se dos interesses portugueses na Alemanha.⁸⁹ E o esperado acontece: havia passado cerca de uma semana após a ultima conversa tida entre o Embaixador português em Berlim e o Secretário de Estado Tagerblatt,⁹⁰ para o Governo alemão formular a sua resposta (na forma de uma declaração), transmitida ao Governo da República a 9 de Março pela mão de Von Rosen. Porquê tanto tempo para uma resposta que se adivinhava rápida? Certo é que a declaração de guerra foi bem ponderada antes da declaração de Von Rosen ser formalmente entregue.⁹¹

⁸⁶ Veja-se telegrama R. 32 de T. Valdez a Augusto Soares, de 5 de Março de 1916, (transmitindo o telegrama nº 25 de Sidónio Pais a Augusto Soares), in A. M. N. E. – *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Haia, 1916*.

⁸⁷ Veja-se telegrama R. 44 de Augusto Soares a Sidónio Pais, de 9 de Março de 1916, in A. M. N. E. – *Telegramas Enviados aos Estrangeiros, Berlim 1916*.

⁸⁸ Telegrama nº 40 (confidencialíssimo) de Vasconcelos a Augusto Soares, de 9 de Março de 1916, in A. M. N. E. – *Telegramas recebidos dos Estrangeiros, Madrid, 1916*.

⁸⁹ Telegrama nº 41, (confidencial) de Vasconcelos a Augusto Soares, de 9 de Março de 1916, in A. M. N. E. – *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Madrid, 1916*.

⁹⁰ Havia a 4 de Março de 1916.

⁹¹ O estado de guerra afectaria os poderosos interesses económicos em Angola e na metrópole; e, mais do que isso, os cidadãos alemães seriam expulsos do país, o que, para além dos prejuízos pessoais, limitaria drasticamente a informação, a propaganda e a margem de manobra dos agentes alemães que circulavam e agiam, livremente em Portugal. TEIXEIRA, 1996: 262 - 263.

Nessa declaração, o embaixador efectua uma alongada descrição das contínuas quebras da neutralidade portuguesa, desde o início da guerra em Agosto de 1914. Mencionava as facilidades concedidas à passagem de tropas britânicas por territórios portugueses, (seja nas colónias, seja na ilha da Madeira), o fornecimento de material bélico e armamento à Inglaterra, a apreensão dos arquivos de consulados alemães e, *inclusive*, o envio de contingentes militares para as colónias em África com a declaração de serem dirigidas contra a Alemanha. Outras quebras de neutralidade incluíam o aprisionamento de autoridades alemãs nas colónias e as ofensas à Alemanha feitas na imprensa e no Parlamento, com a complacência óbvia do Governo da República, e, por fim, a infracção do Tratado de Comércio e Navegação luso-alemão, materializado na apreensão dos navios alemães. Considerando a apreensão dos navios “... *uma intencional provocação à Alemanha...*” o Governo Imperial passava a encontrar-se em estado de guerra com Portugal: “... *O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português*”.⁹²

Acto contínuo, Von Rosen pede os passaportes para sair do país. De imediato o M. N. E. trata de comunicar com a Legação portuguesa em Berlim, a informar da declaração de guerra entregue por Von Rosen.⁹³ Instruía o embaixador (Sidónio Pais) no sentido de pedir os passaportes ao Governo alemão, e prover a saída dos cidadãos portugueses. No mesmo dia, o Governo português pede ao Governo espanhol que se encarregue de tratar dos interesses portugueses na Alemanha, e, certo da resposta positiva do governo espanhol, Augusto Soares instruiu Sidónio no sentido de repetir esse pedido junto do Embaixador espanhol em Berlim.⁹⁴

Enquanto isto sucede, também a Legação da Austria-Hungria se retirava de Portugal, e apesar de não haver certezas de uma declaração de guerra por parte desse Império, Augusto Soares previne o Ministro de Portugal em Viena (Francisco de Calheiro e Meneses) para a conveniência deste se preparar para uma saída rápida da cidade capital do Império Austro-Húngaro. “... *convém que V. Ex^a esteja preparado para partir assim como (os) portugueses residentes nesse paiz.*”⁹⁵

⁹² Veja-se a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, de 9 de Março de 1916, in *Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros-Portugal no Conflito Europeu*, 1ª parte, *Negociações até à Declaração de Guerra*. Lisboa, 1920, doc. 354, p. 250 a 255.

⁹³ Veja-se os telegramas R. 51, R. 52, R. 53 de Augusto Soares a Sidónio Pais, de 9 de Março de 1916, (transmitidos via Madrid, Haia e Berna, respectivamente), in A. M. N. E. – *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, Berlim, 1916*.

⁹⁴ Telegrama R. 54 de Augusto Soares a Vasconcelos, (para ser transmitido a Sidónio Pais) in A. M. N. E. – *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, Madrid, 1916*.

⁹⁵ Telegrama de Augusto Soares a Francisco Meneses, de 9 de Março de 1916, in A.M.N.E. - *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, Viena, 1916*. Contudo, apesar de romper relações, e do barão O. Kuhn de Kuhnenfeld (Ministro da Áustria em Lisboa) se haver retirado do país, a Áustria não se considerou em estado de guerra com Portugal. Pelo contrário, a Turquia e a Bulgária, declaram guerra a Portugal ainda no decorrer do mês de Março de 1916. *Ilustração Portuguesa*, nº 527, Lisboa, 27 de Março de 1916, p. 386.

O M. N. E. transmite então uma circular de telegramas enviados às várias Legações e Consulados de Portugal espalhados pelo mundo, dando-lhes conhecimento do estado de guerra entre ambas nações.⁹⁶

Portugal partilhava a partir desse momento o destino dos Aliados na Primeira Guerra Mundial.

A 10 de Março de 1916, o embaixador de Portugal em Berlim recebe novamente ordens do M. N. E. para partir da Alemanha no mais curto espaço de tempo, e de ajudar os restantes portugueses na sua saída da Alemanha,⁹⁷ ao mesmo tempo que confirma o estado de guerra existente desde esse dia, entre os dois países.

Às 19h55 desse mesmo dia, o Governo alemão entregou a declaração de guerra e o passaporte a Sidónio Pais, que ficou de partir às 20h do dia seguinte. Foi posta inclusive uma carruagem, com salão incluído, à disposição do corpo diplomático português, e enviou um oficial a acompanhar o Embaixador. Sidónio Pais entregou os interesses portugueses à Legação do Brasil⁹⁸ e, à hora prevista, deixou o edifício da Legação portuguesa em Berlim, não sem antes ver as suas malas previamente revistadas pelas autoridades alemãs⁹⁹.

Em Portugal, a declaração de guerra foi lida por Augusto Soares na sessão do Congresso, de 10 de Março, à qual assistiram os embaixadores da Inglaterra, da França e da Bélgica¹⁰⁰. A própria “...*imprensa de todos os países amigos e neutraes não se teem cansado de elogiar a atitude de Portugal...*”¹⁰¹

Por seu lado, Von Rosen abandonava Portugal ainda no mesmo dia, com destino à estação do caminho-de-ferro, de onde sairia com vista à fronteira suíça, deixando entregues nas mãos do Embaixador de Espanha em Lisboa, os interesses alemães em Portugal.¹⁰²

Entretanto, chegou Sidónio Pais a Berna acompanhado pelo adido da Legação no dia 12 de Março, de onde expede um telegrama a Augusto Soares, informando-o não apenas da boa prossecução da viagem de retorno, mas também do facto de os cônsules

⁹⁶ Nomeadamente: Legações de Paris, Londres, Roma, Haia, Berna, Petrogrado, Viena, Estocolmo, Washington, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Pequim, Tóquio, Havre (Bélgica) e consulado em Tanger. Veja-se o telegrama do M. N. E. expedido em circular, de 9 de Março de 1916. A.M.N.E. - *Telegramas Enviados para os Estrangeiros, 1916*.

⁹⁷ Veja-se o telegrama de Bandeira a Sidónio Pais, de 10 de Março de 1916, (transmitindo as ordens veiculadas por Augusto Soares), in A.M.N.E. — *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berna, 1916*.

⁹⁸ Veja-se o telegrama nº 29 de Sidónio Pais a Augusto Soares, de 10 de Março de 1916, (transmitido via Berna), in A.M.N.E. - *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berna, 1916*.

⁹⁹ Veja-se o telegrama de Bandeira a Augusto Soares, de 12 de Março de 1916, (transmitido a pedido de Sidónio Pais), in A.M.N.E. - *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berna, 1916*.

¹⁰⁰ Nomeadamente o Sr. Carnegie, ministro de Inglaterra em Lisboa; o Sr. Daeschner, ministro da França em Lisboa; e o Sr. Leghalt, ministro da Bélgica em Lisboa. *Ilustração Portuguesa*, nº 526, Lisboa, 20 de Março de 1916, pp. 354 a 358.

¹⁰¹ Sobretudo a imprensa sul-americana, nomeadamente no Brasil. In *Ilustração Portuguesa*, nº 526, Lisboa, 20 de Março 1916, p. 354.

¹⁰² Coube ao Marquês de Vilasinda, representante do governo de Madrid junto da República portuguesa, a incumbência de zelar pelos interesses alemães. *Ilustração Portuguesa*, 20 de Março de 1916, p.355.

de Portugal em Hamburgo e Bremen haverem sido impedidos de partir¹⁰³. Justificava-se o Governo alemão através de uma declaração entregue a Sidónio Pais, onde referiam que só deixariam partir os ditos cônsules quando Portugal assegurasse formalmente a libertação do cônsul alemão em Luanda, feito prisioneiro pelos ingleses com o assentimento das autoridades portuguesas.

O estado de guerra com a Alemanha era um facto. Agora, declarada oficialmente a beligerância, estava-se perante factos consumados: *“Passou a hora confusa das palavras. Chegou o momento decisivo da ação. O paiz espera tranquilo, com a serena ciencia das responsabilidades que se aceitam, com a calma dignidade do dever que se cumpre.”*¹⁰⁴

3. Conclusões

Do exposto se pode inferir da natureza e carácter particulares das relações externas luso-germânicas durante os primeiros anos da Grande Guerra. Vemos que os factores que mais influenciaram e regularam (ou desregularam) essas relações, foram sem dúvida as pressões provocadas pela necessidade de manutenção da soberania lusa sobre os territórios coloniais africanos, pois é nesses lugares da África Austral que se cruzam os interesses nacionais com os interesses germânicos.

A “neutralidade beligerante” portuguesa e as repetidas violações da neutralidade (tanto de Portugal como da Alemanha) desde os alvares da Primeira Grande Guerra, constituem uma particularidade do relacionamento entre ambos países, na medida em que, apesar de se encontrarem em conflito aberto nas colónias, não se encontravam formalmente em estado de guerra na Europa. Como se viu, a diplomacia desempenhou um papel altamente dinâmico até à declaração desse estado de guerra.

A declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 9 de Março de 1916 pôs fim temporário à Legação portuguesa em Berlim, e à Legação alemã em Lisboa. Ainda que o *casus belli* tenha sido constituído pela requisição dos navios alemães surtos em portos portugueses desde o início do conflito em meados de 1914, esse episódio constitui apenas o clímax de todo um conjunto de situações de carácter provocatório a nível bilateral. Se bem que esta requisição tenha partido de dois factores essenciais: as necessidades económicas do próprio país e o pedido urgente expresso pela Grã-Bretanha, foi sem dúvida este último aquele que mais pesou nessa requisição.

¹⁰³ Veja-se o telegrama de Bandeira a Augusto Soares, de 12 de Março de 1916 (transmitindo informações veiculadas por Sidónio Pais), in A.M.N.E. - *Telegramas Recebidos dos Estrangeiros, Berna, 1916*. Neste telegrama, Sidónio Pais também justifica a entrega dos interesses portugueses à Legação do Brasil, referindo que “... (o) telegrama de V^a Ex^a chegou pouco antes da minha partida quando já tinha feito entrega (dos) interesses portugueses (à) Legação do Brasil. Pude todavia ainda entender-me com (o) Embaixador de Hespanha e Legação do Brasil conjuntamente, ficando assente que apenas (a) Embaixada de Hespanha recebera instruções (do) seu Governo. Legação do Brasil lhe entregará interesses portugueses que provisoriamente ficam ao seu cargo. (...) Sigo amanhã para Paris.”

¹⁰⁴ Crónica de Júlio Dantas, in *Ilustração Portuguesa*, nº 527, Lisboa, 27 de Março de 1916, p. 385.

Como afirmou Augustin Hamon: “*Para Portugal ao qual a Alemanha declarou guerra em 1916, parece observar-se o predomínio dos factores morais sobre os factores económicos. E todavia o factor inicial da ruptura da paz, a requisição de navios mercantes, foi um factor económico...*”¹⁰⁵ Entendam-se aqui por factores morais a postura do Governo português face ao conflito desde 1914: “*Logo no começo da guerra, em 7 de Agosto de 1914, declarou o Governo da Republica, com aplauso unanime do Parlamento, que em circunstancia alguma faltariamos aos deveres de Alliança que livremente contraimos com a Inglaterra. Em 23 de Novembro do mesmo anno, com egual aplauso do Parlamento, o Governo da Republica novamente assegurou o firme proposito de manter, até aos ultimos sacrificios, a solidariedade secular entre Portugal e a Inglaterra (...) E d’esde então até hoje inalteravelmente temos sustentado, sem hesitações nem receios, o claro e leal compromisso que honradamente tomámos: Nunca a nossa Aliada recorreu ao nosso auxilio, ao nosso esforço, á nossa solidariedade, que nos não encontrasse singelamente mas firmemente ao seu lado*”.¹⁰⁶

Contudo, a aliar a estes factores de ruptura, poderíamos ainda adicionar outros, que pela sua natureza não cabem neste estudo, como sejam: a necessidade de afirmação da jovem República portuguesa, as relações externas com a Inglaterra e com a vizinha Espanha. Ficam estas, certamente, para um estudo *a posteriori*.

Declarada a guerra, as primeiras tropas lusas recrutadas para a guerra na Europa, terminaram o período de instrução intensiva em Agosto de 1916,¹⁰⁷ e é formado o Corpo Expedicionário Português (que seria composto por 55 mil homens) com destino ao teatro de operações da frente Ocidental.¹⁰⁸

Na festa da vitória, Portugal desfilou ao lado dos Aliados, sob o Arco do Triunfo, e ganhou de pleno direito a sua inclusão na recém criada Sociedade Das Nações.

Siglas

AMNE – Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

¹⁰⁵ HAMON, 1918: 271.

¹⁰⁶ Minuta do discurso de Augusto Soares, proferido na sessão do Congresso de 10 de Março de 1916, in A.M.N.E. – *Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial*, 3º piso, armário 7, maço 24.

¹⁰⁷ TEIXEIRA, 1998: 64.

¹⁰⁸ O transporte do CEP, efectuado entre Fevereiro e Setembro de 1917, deslocou para o sul da Flandres o contingente militar destinado a assumir a responsabilidade do vale do rio Lys (entre Armentière a La Bassée e Merville a Bethune) onde o General Tamagnini de Abreu e Silva assume inteiramente a responsabilidade desse sector, em Novembro desse mesmo ano. TEIXEIRA, 1998: 65 - 66.

Abreviaturas

coord. - coordenador

dir. - director

ed. - edição

fls. - folhas

p. - página (s)

s.d. - sem data

s. l. - sem lugar

vol. - volume (s)

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Arquivísticas

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros -Lisboa (A M.N.E.)

Documentos relativos à Primeira Guerra Mundial, 3º Piso, armário 7, maços: 14, 19 a 24, 29, 35, 36 e 134.

Documentos relativos a Visitas de Soberanos e Outros Nobres, Presidentes e Outras Individualidades - 1896/1930. 3º piso, armário 11, maço 410.

Documentos relativos ao Reconhecimento da República Portuguesa. 3º piso, armário 3, maço 13.

Documentos relativos ao Acordo Anglo-Alemão. 3º piso, armário 12, maço 164.

Livro de Registo de Notas da Direcção Política para a Legação da Alemanha. Livro 47.

Livro de Registo de Despachos da Direcção Política para a Legação de Portugal em Berlim. Livro 2.

Telegramas Enviados para os Estrangeiros. 1916, Janeiro a Março.

Telegramas Recebidos dos Estrangeiros. 1916, Janeiro a Março.

2. Fontes Impressas

Documentos Diplomáticos

Documentos apresentados ao Congresso da República em 1920 pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros- Portugal no Conflito Europeu, 1ª parte, Negociações até à Declaração de Guerra, Lisboa, 1920.

Publicações periódicas:

- Ilustração Portuguesa* (1905-1916)
O Comércio do Porto (1914-1916)
Diário do Governo (1916)
Diário de Notícias (1998)

3. Bibliografia Geral

- CASTRO, José J. Romano de, 1990 – *Antecedentes Históricos e Diplomáticos do Problema da Bacia Convencional do Zaire* in “A Diplomacia na História de Portugal. Actas do Colóquio, Lisboa”, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- MARTINEZ, Soares, 1992 – *Portugal e a Primeira Grande Guerra (A Fase de Indecisão)* in “Portugal e a Europa – Séc. XVII a XX. Actas do III Colóquio e Dia da História Militar, Lisboa”, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- ALMADA, José de, 1946 – *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa.
- COSTA, M. Gomes da, 1925 – *A Guerra nas Colónias (1914-1918)*, Lisboa.
- CROSS, Robin (coord.), 1991 - *The Guinness Encyclopedia of Warfare*, London, Guinness.
- FERRO, Marc, 1992 – *História da Primeira Guerra Mundial: 1914-1918*, Lisboa, Edições 70.
- GUEVARA, Gisela Medina, 1997 – *As relações luso-alemãs antes da primeira-guerra mundial. A questão dos concessionários dos sanatórios da Ilha da madeira*, Lisboa, Colibri.
- HAMON, Augustin, 1918 – *As Lições da Guerra Mundial*, Lisboa, Ed. Guimarães.
- KAGAN, Donald, 1995 – *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, Vol. I, Lisboa, Edições Temas da Actualidade.
- KEEGAN, John, 1987 – *O Rosto da Batalha*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- MARTELO, David, 1997 – *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, [s.l.], Publicações Europa América.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1991 – *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a Republica*, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença.
- MIRANDA, Sacuntala de, 1991 – *Comércio externo in* MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1991 – *Nova História de Portugal. Portugal da Monarquia para a Republica*, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença.
- PIMLOTT, John, 1991 – *A Primeira Guerra Mundial*, Porto, Edinter.
- REIS, António, 1983 – *A Primeira Republica*, In *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Selecções do Reader's Digest.
- RODRIGUES, Simões (coord.), 1994 – *História de Portugal em Datas*, [s.l.], Circulo de Leitores.
- SAMPAIO, L. Teixeira de, 1925 – *O Arquivo Histórico do M.N.E.*, Coimbra. Reeditado in *Estudos Históricos. M.N.E.*, 1985.
- SERRÃO, J. Veríssimo, 1989 – *História de Portugal*, Vol. XI, [s.l.], Ed. Verbo.
- SERRÃO, J. Veríssimo, 1990 – *História de Portugal*, Vol. XII, [s.l.], Ed. Verbo.
- SERRÃO, Joel; LEAL, Maria José da Silva; PEREIRA, Miriam Halpern, 1985 – *Roteiro de Fontes da História Contemporânea Portuguesa. Arquivos de Lisboa*, Vol. III, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1996 – *O Poder e a Guerra 1914-1918*, Lisboa, Editorial Estampa.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1998 – *Portugal na “Grande Guerra” 1914 – 1918: As Razões da Entrada e os Problemas de Conduta* in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), 1998 – *Portugal e a Guerra: História das – Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Edições Colibri.

